

O emprego formal no Brasil e na Argentina: uma análise comparativa dos efeitos da composição populacional no período 1996-2006 *

Gabriel Mendes Borges*
Luiz Felipe Walter Barros*
Marcos Fernandes Brum da Silva*

Palavras-chave: mercado de trabalho; formalidade; efeitos da composição; escolaridade.

Resumo

O mercado de trabalho na América Latina apresentou a partir da década de 90 um processo de elevação sem precedentes no grau de informalidade, sendo observada mais recentemente, uma reversão desta tendência com o aumento da formalização. Este estudo compreendeu a análise de dois períodos específicos: 1996-2001 e 2001-2006 para o Brasil e 1996-2003 e 2003-2006 para a Argentina. Para isto utilizou-se um método de decomposição da variação na taxa de formalidade entre os períodos em questão. Este método decompõe a variação em: i) variação explicada pelas taxas específicas de formalidade; ii) variação explicada pela mudança na composição da população. Observou-se diferença significativa entre o comportamento do emprego formal entre os dois períodos analisados e também entre os dois países comparados. Para ambos os países o primeiro período foi marcado por uma queda generalizada das taxas específicas, resultando em diminuição da formalidade. No Brasil, para o período 2001-2006 observou-se que as variações nas taxas específicas de formalização influenciaram ligeiramente e de forma negativa a variação da formalidade total. Apesar desta pequena queda nas taxas específicas de formalidade, os avanços nos níveis de educação e, em menor parte, na estrutura etária, representaram uma mudança na composição da população, o que explicou o avanço da formalidade no período. No caso da Argentina, observou-se também este mesmo efeito da composição, mas, apesar disso, as maiores variações se deram em função das melhoras nas taxas específicas. Estas diferenças observadas mostram como é complexa a influência da educação sobre a dinâmica do mundo do trabalho, mostrando que não se deve minimizar a sua importância, nem tampouco estabelecer uma relação autônoma em que a escolaridade exerce influência direta sobre as variáveis do mercado de trabalho.

* Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de Setembro de 2008.

* Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, gmendesb@hotmail.com.

* Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE.

* Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE.

O emprego formal no Brasil e na Argentina: uma análise comparativa dos efeitos da composição populacional no período 1996-2006 *

Gabriel Mendes Borges*
Luiz Felipe Walter Barros*
Marcos Fernandes Brum da Silva*

Introdução

O mercado de trabalho na América Latina tem sido marcado por profundas modificações nas últimas décadas, tendo apresentado pioras significativas em seus principais indicadores durante a década de 90. Grande parte dos problemas com o mercado de trabalho nesta região teve início ainda nos anos 80. Weller (1998) observa que a partir desta década a capacidade dos setores formais de gerarem empregos produtivos diminuiu em um momento de crescimento do número de pessoas economicamente ativas. Soma-se a isso uma mudança na composição da população por setores, com redução da participação de trabalhadores no setor agrícola, diminuição da expansão do setor secundário e expansão o setor terciário, que concentra grande parte dos trabalhadores informais. Frente a esta situação desfavorável, surgiu a necessidade de reformas econômicas, as quais “prometieron no solamente una superación de los desequilibrios macroeconómicos y el retorno a una senda de crecimiento de largo plazo, sino también un mejoramiento significativo de la situación laboral (Weller, 1998 p. 3)”.

Estas reformas ocorreram na década seguinte, com a implementação de um novo modelo econômico neoliberal, inspirado pelo Consenso de Washington. Tal modelo defendia basicamente a redução do papel do Estado na economia, através da abertura comercial, do financiamento externo e das privatizações (Ernst, 2003). Este modelo tinha como principal objetivo recuperar o dinamismo produtivo que havia entrado em crise no antigo modelo de substituição de importações. Acreditava-se ele teria capacidade de induzir o aumento da quantidade e da qualidade dos empregos (Novick e Tomada, 2007).

De acordo com Ernst (2003), em um primeiro momento o modelo se mostrou coerente com as expectativas, pois garantiu a estabilização macroeconômica e um intenso crescimento econômico, com melhoras sociais e no mercado de trabalho na maioria dos países da América Latina. Contudo, a partir da metade dos anos 90 foi ficando clara sua insustentabilidade, pois o cenário a que se assistia era de recessões econômicas, baixo crescimento e fortes desvalorizações cambiais.

* Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Córdoba - Argentina, de 24 a 26 de Setembro de 2008.

* Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, gmendesb@hotmail.com.

* Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE.

* Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE.

Desta forma, as expectativas de geração de emprego a partir das reformas implementadas não se concretizaram, mostrando-se inadequado o embasamento teórico utilizado no modelo. Se, por um lado, a necessidade de geração de empregos se manteve em níveis altos, por outro continuou diminuindo a capacidade dos setores formais de gerar empregos produtivos, e grande parte dos novos postos de trabalho que surgiram ainda concentravam-se no setor informal (Weller, 1998).

Os efeitos e a forma como foi aplicado o modelo neo-liberal difere entre os países latino-americanos, mas os efeitos resultantes são convergentes. Segundo Ernst (2003), Argentina e Brasil sofriam com a alta inflação no início dos anos 90, adotando medidas drásticas para reverter esta situação: a “Lei de la Convertibilidad” na Argentina e o Plano Real no Brasil.

Em geral houve uma tendência de crescimento econômico nestes países durante os anos 90, mas sem criação significativa de emprego. Além disso, houve uma forte tendência de informalização, especialmente no Brasil (Ernst, 2003). Neste país, o mercado de trabalho já apresentava sinais de desestruturação já no início da década de 1980, com a crise da dívida externa. Segundo Ulyssea (2006) desde esta época a situação do trabalho no país é marcada por uma alta proporção de trabalhadores sem contrato formal. Entretanto, é a partir de 1990 que se inicia um processo de elevação sem precedentes no grau de informalidade no mercado de trabalho brasileiro, totalizando um aumento de dez pontos percentuais até o final da década (Ulyssea, 2006). Nos últimos anos, contudo, principalmente a partir de meados de 2002, o que se vem observando é uma reestruturação e ordenamento do mercado de trabalho, apresentando tendências de aumento da contratação formal. Na Argentina ocorre um fenômeno semelhante. As principais variáveis do mercado de trabalho, que apresentaram deterioração na década de 90, recuperaram-se nos anos recentes, mais precisamente a partir de meados de 2003.

Estudos têm sido feitos com o objetivo de entender as causas e a forma como essa recuperação está se processando. No Brasil, alguns autores atribuem estas melhoras à adoção de medidas com influência direta de políticas governamentais (Cardoso Jr, 2007). Outros ressaltam que o aumento da formalidade está relacionado em parte a um efeito de composição entre os setores de atividades, principalmente entre o setor de serviços e a indústria de transformação, relacionando uma possível retomada da contratação formal à recuperação econômica do setor industrial (Ramos, 2002).

Em análise recente do mercado de trabalho argentino, Palomino (2007) mostra que a precarização do emprego e a degradação das relações laborais não se constituem componentes necessários e inevitáveis, ressaltando que existem diferentes alternativas de inserção na globalização que poderiam ser orientadas a partir do fortalecimento da capacidade estatal. O autor sugere algumas explicações para as variações recentes no mercado de trabalho argentino e indica que está havendo uma mudança rumo a um novo regime de regulação do trabalho no país.

O estudo das possíveis causas da recuperação do trabalho formal é recente, portanto novos fatores explicativos podem ser encontrados e acrescentados à atual discussão. Este trabalho se une a estes estudos, procurando trazer novos elementos de análise para a recuperação da formalidade nos últimos anos e sobre a informalidade que marcou a década de 90. Deseja-se fazer uma análise comparativa entre a dinâmica do emprego formal no Brasil e na Argentina em dois períodos de mudanças importantes no mercado de trabalho destes países. Analisaremos os períodos 1996-2001 e 2001-2006 para o Brasil, permitindo fazer comparações entre um período marcadamente

conhecido pelo aumento do trabalho informal com outro que vem mostrando recentemente elementos de recuperação do trabalho formal. No caso da Argentina, os dois períodos em que se observam as mesmas tendências ocorridas no Brasil são 1996-2003 e 2003-2006.

Para tal análise utilizaremos um método de decomposição da variação na taxa de formalidade entre os períodos em questão. Este método decompõe a variação em: i) variação explicada pela diferença das taxas específicas de formalidade; ii) variação explicada pela mudança na composição da população em relação a algumas variáveis que apresentaram transformações nos períodos de análise. Com isso poderemos entender se a variação da formalidade nos períodos se deu principalmente pelas variações das taxas específicas de formalidade em cada grupo analisado ou se foi devido às mudanças na composição da população.

Aumento da informalidade: anos 90

Como foi mencionado, o setor informal aumentou sua participação no emprego não agrícola em quase todos os países da América Latina na década de 1990. Observou-se nas últimas décadas uma redução do setor primário e uma expansão do setor terciário, que tem concentrado grande parte dos trabalhadores informais urbanos, sobretudo no comércio. Em períodos de contração do emprego formal, muitas atividades terciárias representam uma última alternativa de emprego (Weller, 1998). Mesmo assim, os postos de trabalho que foram destruídos no setor industrial não foram compensados pela criação de empregos no setor de serviços (Ernst, 2003).

No caso do Brasil, as mudanças na estruturação do mercado de trabalho nos anos 90 tiveram uma resposta majoritariamente negativa aos efeitos das novas políticas econômicas implementadas, como a abertura da economia ao comércio e aos capitais internacionais, a redução do Estado, as privatizações, redução da inflação e controle fiscal. Tais mudanças estruturais na economia afetaram significativamente a dinâmica do mercado de trabalho, apresentando um forte aumento nas taxas de desemprego e, conseqüentemente, um incremento à informalidade jamais visto (Neri *et al*, 2000).

Na Argentina, os efeitos da reestruturação foram semelhantes aos encontrados no Brasil. As principais reformas estruturais aplicadas a partir de 1991, na tentativa de ajudar o capital a recuperar os níveis de acumulação anteriores, foram: i) implementação da estabilidade monetária; ii) liberalização dos mercados; iii) abertura comercial e financeira; iv) reforma do Estado Nacional (Lindenboim, 2000). Tivemos, por conseqüência, o incremento da taxa de desemprego, aumento das condições precárias de trabalho, dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho e o aumento da informalidade. Segundo Beccaria (2003), o mercado de trabalho da Argentina na década de 90 apresentou quatro momentos distintos. O primeiro entre 1991 e 1994 caracterizou-se por uma expansão da ocupação total e assalariada, no entanto o trabalho informal apresentou também um certo aumento. De fato, o percentual de trabalhadores no setor informal na Argentina cresceu entre 1991 e 92, ocorrendo o mesmo na região metropolitana de Buenos Aires (Beccaria, 1999). O segundo momento, entre 1994 e 1995 foi de recessão, caracterizando-se por uma diminuição do nível de emprego em quase todos os setores de atividade e o mesmo comportamento da informalidade observada desde meados de 1993 que vinha mostrando que o setor informal não mais desempenhava um papel de refúgio ou compensador do desemprego. A partir da metade de 1996 temos um terceiro momento em que a ocupação começa a expandir-se sem que haja queda na taxa de atividade, aumentando esta a partir de 1997. Entretanto, há um

aumento neste período dos trabalhos precários. Já no período entre 1998 e 2000 o nível de atividade retraiu-se novamente, afetando o nível de emprego. Neste período observou-se um grande crescimento da informalidade expressa no emprego assalariado não registrado e os não assalariados. A crise de 2001 aprofundou a crise econômica, refletindo-se negativamente no nível de emprego. A taxa de desocupação durante a crise superou os 21% (Beccaria, 2003).

Recuperação recente dos níveis de formalidade

Segundo texto da OIT (2007) os países latino-americanos têm apresentado nos últimos anos um avanço geral nos indicadores relativos ao mercado de trabalho, como reflexo de um forte crescimento econômico iniciado a partir de 2003. A taxa de desemprego urbano caiu pelo quinto ano consecutivo, alcançando o melhor desempenho desde a primeira metade da década de 90. Além disso, apesar de a região apresentar um déficit de trabalho decente, com altas taxas de informalidade e desproteção social, estes indicadores têm apresentado avanços recentemente, contrariando a tendência que vinha sendo observada desde a década de 90.

Novick e Tomada (2007) defendem que não só houve uma recuperação dos indicadores socioeconômicos a níveis similares aos do pré-crise, mas também que o Estado recuperou o seu papel de “instancia articuladora de los conflictos sociales y garante de la reproducción del sistema” (Novick e Tomada, 2007, p. 13). Segundo os autores, isso só foi possível devido à aplicação simultânea de medidas macroeconômicas, mudanças na orientação das políticas e fortalecimento do Estado.

Segundo Palomino (2007) a evolução recente do emprego na Argentina mostra, em consonância com o que ocorre na América Latina como um todo, sinais evidentes de mudanças nas tendências observadas desde os anos 90 até 2002. Entre estes sinais se destacam o crescimento do emprego e uma mudança na composição dos novos postos de trabalho criados, que em sua maioria correspondem a empregos assalariados formais – com registro na seguridade social. A hipótese que o autor fundamenta para explicar estas melhoras é a de que estaríamos assistindo a uma transição entre o regime de precarização laboral instalado durante os anos 90, e um novo regime de regulação do trabalho. O autor coloca como uma das principais justificativas para as melhoras recentes o crescimento da dinâmica de negociação coletiva entre sindicatos e empregadores.

Esta tendência atual de formalização reflete a instalação e consolidação progressiva de um novo regime de emprego. Palomino (2008) enfoca a dinâmica de mudanças sociais e institucionais. Este movimento contrário ao de precarização refere-se a um novo marco de ação coletiva por parte dos trabalhadores. Estes são processos recentes no campo das relações laborais que apontam para a recomposição do marco da ação coletiva na Argentina.

A respeito desta recuperação recente da economia e do mercado de trabalho argentino, Somavia (2007) destaca a importância da redefinição do papel Estado na implementação de políticas públicas pautadas no conceito de trabalho decente:

“La política pública implementada por el Estado argentino a partir del año 2003 estuvo inspirada por el concepto de trabajo decente, a punto tal que la Argentina ha sido la primera nación latinoamericana en incorporarlo como objetivo de su ordenamiento normativo laboral y de su política pública. Esto fue acompañado además por una integración y articulación de las políticas económicas y laborales que como veremos, dan cuenta de una parte fundamental del modelo de crecimiento alimentado por un

círculo virtuoso de demanda, empleo e inversión. (...) Todos estos elementos en su conjunto dirigen nuestra atención a la presencia novedosa de un Estado fuerte y eficaz que le permitió a este país una rápida salida de los efectos más devastadores de la crisis.” (Somavia, 2007 p.12)

O texto de Novick e Tomada (2007), analisando o modelo de desenvolvimento argentino, constata uma mudança no modelo de política econômica e no mercado de trabalho, como a revalorização da forte proteção social, políticas de melhoria dos salários, ampliação da cobertura previdenciária e ênfase nas negociações coletivas. Contudo, eles observam que ainda é prematuro verificar uma tendência concreta e duradoura de avanços na região.

Em relação aos recentes avanços ocorridos no Brasil, Dedecca e Rosandiski (2006) observam que a partir de 1999 foi contido o processo de destruição de empregos formais que caracterizou o período de auge do Plano Real. Os autores creditam isto à re-nacionalização da produção pela desvalorização cambial, mesmo em um contexto de ausência de crescimento. É mencionado, ainda, que os ajustes do mercado de trabalho foram realizados por meio da desvalorização dos salários e das demais remunerações do trabalho.

Cardoso Jr. (2007) analisa o comportamento do mercado de trabalho brasileiro no período 1995-2005 e comprova uma diferença importante entre os sub-períodos 1995-1999 e 2001-2005. O autor observa para o segundo período de análise a retomada de um possível movimento de reestruturação e ordenamento do mercado de trabalho. O texto discorre sobre algumas prováveis causas deste fenômeno, avaliando as condições para sua sustentabilidade temporal. São identificados ao menos cinco fatores explicativos para esta tendência recente, todos eles operando simultaneamente na mesma direção. As principais causas mencionadas pelo autor são: aumento e descentralização federativa do gasto público social; aumento e diversificação de crédito interno; aumento e diversificação do saldo exportador; instituição de um regime tributário simplificado para micro e pequenas empresas, o Simples; melhora da intermediação de mão-de-obra; e maior fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O autor observa, ainda, que todos estes fatores são passíveis de algum tipo de atuação por parte do Estado.

Percebe-se claramente que as condições de informalidade comportaram-se concomitantemente às variações pelas quais passou o mercado de trabalho como um todo. O emprego formal no Brasil, que apresentou expressiva queda ao longo da década de 1990, inverteu esta tendência a partir do ano 2002, tendo apresentado, desde então, crescimento contínuo. Na Argentina, tal recuperação se deu a partir de 2003. Estes recentes avanços têm causado surpresa a muitos estudiosos do mercado de trabalho, pois a tendência de queda nos anos 90 foi considerada por muitos como irreversível.

Análise dos índices de formalização nos períodos avaliados

A informalidade pode ser definida de várias formas. Ulyssea (2006) mostra que a discussão relativa à definição do conceito de setor informal é apresentada na literatura de maneira geral bastante dispersa e de forma desorganizada. Cardoso Jr. (2007) mostra que, no caso específico do Brasil, a discussão a respeito do emprego formal é considerada sob duas perspectivas. Quando analisada sob o ponto de vista apenas do mercado de trabalho, a informalidade é vista como toda e qualquer situação ilegal de trabalho – atividades assalariadas desempenhadas fora do arcabouço

legalmente estabelecido pelo Estado. Na segunda perspectiva, o emprego formal está ligado à proteção individual contra os riscos clássicos do mundo do trabalho. Nesta perspectiva a informalidade está associada ao não cumprimento da legislação previdenciária, que garante aos indivíduos os direitos sociais. Outra definição de emprego formal bastante utilizada na análise do mercado de trabalho formal nos países latino-americanos leva em conta fatores como ramo de atividade, tipo de ocupação, tamanho do estabelecimento e qualificação (OIT, 2006).

Não é o objetivo central deste trabalho aprofundar nas discussões sobre os diversos conceitos de informalidade. Ademais, entende-se que, independentemente da definição adotada, as tendências observadas na dinâmica do emprego formal devem ser semelhantes. Sabe-se, por exemplo, que existe uma forte correlação entre a informalidade das empresas e a informalidade das relações de trabalho, ou seja, as empresas formais tendem a empregar mais os trabalhadores formais, e vice-versa (Tafner, 2006).

Assim, utilizamos para a análise do emprego formal e informal a perspectiva que considera como formais aqueles trabalhadores que gozam de alguma forma de proteção social previdenciária. Assim, para o Brasil três grupos foram considerados como trabalhadores formais: i) os trabalhadores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social na condição de contribuintes; ii) trabalhadores vinculados a regime próprio de previdência social, como os militares e funcionários públicos estatutários; iii) os segurados especiais, que são aqueles trabalhadores que exercem a atividade rural individualmente ou em economia familiar.

As perguntas sobre direitos previdenciários variam de acordo com as pesquisas aplicadas em cada país. A pesquisa utilizada para a análise da Argentina faz perguntas sobre proteção previdenciária somente aos trabalhadores assalariados. Assim, os trabalhadores denominados formais neste país são os assalariados que tiveram desconto de contribuição previdenciária ou contribuíram voluntariamente. São, novamente, trabalhadores protegidos pelo sistema de Seguridade Social.

A seguir faremos uma breve análise descritiva das principais características da formalidade no Brasil e na Argentina para a última década. Avaliaremos a dinâmica da formalidade neste período segundo a posição na ocupação, anos de estudo, sexo, idade, setor de atividade e tamanho do estabelecimento.

Como fonte de dados para tais análises utilizamos os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos 1996, 2001 e 2006 e da Encuesta Permanente de Hogares (EPH) de maio de 1996, maio de 2003 e segundo semestre de 2003 e 2006.

Um fato recorrente na literatura é a associação positiva entre escolaridade e emprego – maiores oportunidades e maior qualidade. De fato, observa-se que existe uma enorme diferença entre as taxas de formalidade das pessoas com alta escolaridade e aquelas com baixo nível de instrução, tanto no Brasil quanto na Argentina. Apesar de estas taxas serem crescentes conforme aumenta o nível de instrução, é interessante observar a descontinuidade nesta relação. Os índices de formalização melhoram bastante quando se alcança o nível secundário, aumentando ainda mais para o nível superior. Neste último grupo, o percentual de pessoas na informalidade é de menos de 15% no Brasil e de 11% na Argentina (Tabela 1).

Quando analisamos a formalidade por sexo podemos perceber que quem está mais inserido no mercado formal são os homens. No Brasil, a taxa de formalidade masculina é de cerca de 63%,

valor não muito distante das mulheres, que contam com pouco mais de 60% de formalização. No caso da Argentina esta diferença entre os sexos é um pouco maior, chegando a 8,8 pontos percentuais em 2006 (Tabela 1).

Em relação à distribuição etária da população, o que podemos observar é uma tendência de aumento na formalidade com o aumento da idade, especialmente nas primeiras faixas etárias, mantendo-se praticamente constantes a partir daí, podendo apresentar inclusive um decréscimo nas últimas faixas etárias. Contudo, este padrão varia ligeiramente de acordo com o sexo, país e período de análise (Tabela 1).

Para o Brasil foi observado que os setores de atividade que apresentaram as maiores proporções de trabalhadores classificados como formais foram: os serviços sociais públicos, principalmente devido aos funcionários públicos estatutários; o setor agrícola, dada a representatividade dos segurados especiais neste grupo; e indústria da transformação, que tradicionalmente apresenta um grande percentual de postos de trabalho formais. Todos estes setores apresentam praticamente em todos os anos mais de 70% de trabalhadores formais. Avaliando o tamanho do estabelecimento na Argentina podemos perceber que, em consonância com o que aponta a extensa literatura, quanto maior o número de funcionários, menor o número de trabalhadores na informalidade (Tabela 1).

Analisando as mudanças ocorridas no Brasil nos índices de formalidade em cada um destes grupos o que observamos é uma piora generalizada no período 1996-2001. A proporção de pessoas que ocupava cargos formais apresentou uma queda em quase todos os grupos aqui analisados, como mostrado na Tabela 1, totalizando uma queda de 2,29% no período. Entre os anos 2001 e 2006, no entanto, o que percebemos é um movimento no sentido oposto, ou seja, um aumento de 3,4% da proporção de trabalhadores que podem ser considerados formais.

No período 1996-2001 o grupo que apresentou maior queda na taxa de formalização no Brasil foi o de trabalhadores por conta-própria, sofrendo a maior perda da formalidade em termos de posição na ocupação, passando de 25,23% para 18,71%. No grupo dos empregadores a taxa de formalidade passou de quase 74% para 65,4%, apresentando queda de 11,6% na taxa de formalidade para o período.

Um fato que chama a atenção é a queda da formalidade em relação à escolaridade. Para todas as faixas de anos de estudo tivemos uma queda de mais de 2% na proporção de formais entre 1996-2001. Para os pouco escolarizados – 1 a 3 anos de estudo – a queda chega aos 6,49%. No período seguinte (2001-2006) ocorre um movimento no sentido contrário, sendo o maior ganho, quase 3%, entre os pouco escolarizados – 1 a 3 anos de estudo. Isto se deu principalmente devido à melhora nos índices dos empregados e trabalhadores agrícolas com baixa escolaridade.

Tabela 1

Proporção de trabalhadores formais e variação nos períodos 1996-2001 e 2001-2006 - Brasil e 1996-2003 e 2003-2006 - Argentina

	Brasil					Argentina						
	Ano			Variação		Ano				Variação		
	1996	2001	2006	1996-2001	2001-2006	1996	2003 1º sem	2003 2º sem	2006	1996-2003	2003-2006	
Grupo de Anos de Estudo						Grupo de Anos de Estudo						
Sem Instrução	54,59	52,18	53,65	-4,42	2,82	Sin instrucción	33,79	21,03	26,87	21,94	-37,76	-18,35
1 a 3 anos	54,54	51,00	52,52	-6,49	2,98	Primaria Incompleta	45,19	26,34	22,79	30,22	-41,71	32,60
4 a 7 anos	56,07	52,87	52,88	-5,71	0,03	Primaria Completa	54,50	37,52	35,92	42,56	-31,16	18,49
8 a 10 anos	61,60	57,90	55,41	-6,01	-4,30	Secundaria Incompleta	58,34	38,95	37,72	43,73	-33,23	15,93
11 a 14 anos	75,10	72,39	72,28	-3,61	-0,15	Secundaria Completa	77,80	61,39	59,35	66,63	-21,10	12,27
15 anos ou mais	87,42	85,46	85,58	-2,24	0,14	Superior Incompleta	72,16	61,49	63,74	67,65	-14,78	6,13
						Superior Completa	86,36	83,32	86,67	89,05	-3,52	2,75
Sexo e Idade						Sexo e Idade						
Masculino	63,03	60,86	63,42	-3,44	4,21	Masculino	67,86	57,52	57,63	64,21	-15,24	11,42
16 a 19 anos	46,85	45,62	43,58	-2,63	-4,47	14 a 19 anos	23,10	7,76	9,17	16,98	-66,39	85,17
20 a 24 anos	58,61	57,84	60,52	-1,31	4,63	20 a 24 anos	51,89	38,29	34,71	47,35	-26,22	36,42
25 a 29 anos	63,12	61,98	66,32	-1,81	7,00	25 a 29 anos	70,08	50,48	52,36	62,27	-27,97	18,93
30 a 34 anos	66,17	63,33	66,31	-4,29	4,71	30 a 34 anos	74,37	64,75	62,91	67,18	-12,94	6,79
35 a 39 anos	67,22	64,23	66,15	-4,45	2,99	35 a 39 anos	79,99	65,41	69,36	72,02	-18,22	3,84
40 a 44 anos	68,82	64,72	66,71	-5,96	3,07	40 a 44 anos	75,05	66,87	67,68	76,39	-10,90	12,87
45 a 49 anos	69,04	64,77	67,03	-6,18	3,49	45 a 49 anos	80,28	65,25	70,53	77,92	-18,71	10,48
50 a 54 anos	66,48	62,36	64,93	-6,20	4,12	50 a 54 anos	74,79	66,35	68,00	74,21	-11,29	9,13
55 anos ou mais	62,69	59,93	62,34	-4,40	4,02	55 a 59 anos	76,27	69,07	69,20	74,55	-9,44	7,73
Feminino	60,37	60,08	61,28	-0,48	2,00	Feminino	62,73	50,78	48,22	55,41	-19,05	14,91
16 a 19 anos	41,95	43,28	39,32	3,17	-9,15	14 a 19 anos	20,77	10,10	8,34	15,21	-51,36	82,37
20 a 24 anos	56,93	57,27	57,97	0,60	1,22	20 a 24 anos	52,20	30,91	30,92	37,26	-40,80	20,50
25 a 29 anos	61,29	61,12	64,01	-0,28	4,73	25 a 29 anos	65,49	47,07	44,61	57,03	-28,13	27,84
30 a 34 anos	61,78	62,10	62,67	0,52	0,92	30 a 34 anos	72,21	54,05	51,57	61,59	-25,15	19,43
35 a 39 anos	63,30	62,17	62,95	-1,79	1,25	35 a 39 anos	68,97	58,15	55,30	60,77	-15,69	9,89
40 a 44 anos	65,53	62,57	64,45	-4,52	3,00	40 a 44 anos	68,84	59,49	54,31	58,84	-13,59	8,34
45 a 49 anos	64,29	62,92	63,98	-2,13	1,68	45 a 49 anos	63,51	51,66	57,23	60,13	-18,66	5,07
50 a 54 anos	65,32	63,12	64,56	-3,37	2,28	50 a 54 anos	70,91	68,42	54,35	61,05	-3,51	12,33
55 anos ou mais	65,66	64,45	63,80	-1,84	-1,01	55 a 59 anos	60,07	57,28	54,28	62,52	-4,65	15,18
Sector de Atividade						Tamanho do Estabelecimento						
Agrícola	75,15	75,24	76,40	0,12	1,54	Até 5			20,13	23,28		15,61
Indústria de Transformação	72,36	72,47	69,42	0,15	-4,21	De 6 a 40			55,18	67,16		21,71
Indústria da Construção	34,82	28,19	32,34	-19,04	14,72	Mais de 40			85,79	90,81		5,85
Serviços Produtivos e Distributivos	56,72	55,53	56,35	-2,10	1,48	Não sabe / Não respondeu			61,12	64,02		4,74
Serviços Pessoais e Sociais Privados	36,77	37,59	36,76	2,23	-2,21							
Serviços Sociais Públicos	84,38	84,50	86,51	0,14	2,38							
Outras Atividades	71,03	67,86	72,66	-4,46	7,07							
Posição na Ocupação												
Próprio Consumo	6,13	0,00	2,56	-	-							
Não-remunerado	0,00	5,98	7,05	-	18,03							
Conta própria	25,23	18,71	18,26	-25,83	-2,42							
Doméstico	24,49	29,70	30,83	21,30	3,81							
Agrícola	30,39	30,19	36,05	-0,64	19,41							
Empregador	73,96	65,40	65,73	-11,56	0,50							
Empregado	71,16	72,05	74,18	1,25	2,96							
Militar	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00							
Segurado Especial	100,00	100,00	100,00	0,00	0,00							
Total	61,96	60,54	62,50	-2,29	3,24		65,83	54,31	53,33	60,27	-17,50	13,01

Fonte: microdados das PNADs 1996, 2001 e 2006 e das EPHs de maio de 1996, maio de 2003, segundo semestre de 2003 e segundo semestre de 2006

Por outro lado, para as pessoas com 8 a 10 anos de estudo a formalidade caiu 4,3%. Para os trabalhadores com 11 anos de estudo ou mais a taxa manteve-se praticamente constante.

A variação da formalidade no período 1996-2001 esteve mais a favor das mulheres do que dos homens. Ambos apresentaram queda no período, mas para as mulheres esta queda foi menor, de apenas 0,5%, enquanto a dos homens foi de quase 3,5%. No período seguinte, no entanto, a recuperação foi maior entre os homens, 4,2%, contra 2% das mulheres. Se considerarmos ainda os efeitos da estrutura etária, percebemos que, para os homens, em todas as faixas etárias ocorreu uma queda no primeiro período, com uma tendência de quedas maiores para as idades mais avançadas. No segundo período, com exceção do grupo de pessoas entre 16 a 19 anos, todos apresentaram variações positivas. Para as mulheres também ocorre um movimento de queda na variação da formalidade com o aumento da idade. Já entre 2001-2006 a tendência observada entre as mulheres é muito parecida com a dos homens.

Entre os setores de atividade, o que mais chamou a atenção em termos de variação foi a indústria da construção, que apresentou grande queda na formalidade entre 1996-2001, 19%, e um grande aumento no período seguinte, 14%, mas ainda sem chegar aos patamares de 1996. Os demais setores de atividade tiveram variações mais brandas no período.

O grau de formalização da população ocupada brasileira cresceu de 60,54% em 2001 para 62,50% em 2006 – um aumento de 3,2%. Além disso, observou-se que o nível de escolaridade da população ocupada brasileira aumentou significativamente neste período. As classes com baixa escolaridade perderam representatividade, enquanto as mais escolarizadas ganharam espaço. No ano de 2006, 31,6% da população brasileira ocupada tinha entre 11 e 14 anos de estudo. Pela Tabela 1 percebe-se que a formalidade para este grupo é relativamente alta se comparada às demais. Em relação à condição na ocupação, houve um aumento da participação dos empregados chegando a representar 47,67% dos ocupados. A categoria dos empregadores cresceu 9% entre 2001 e 2006, chegando a quase 4% de representatividade no total de ocupados. O grupo de empregados teve um aumento na taxa de formalização de quase 3% no período 2001-2006, chegando a 74,18% de formalidade. Este é um aumento importante, já que em 2006 47,7% dos trabalhadores estavam neste grupo. É óbvio que um pequeno aumento na taxa de formalidade em grupos com maior representatividade no total de trabalhadores ocupados, como os empregados, é mais influente do que um grande aumento em grupos pouco representativos. A classe dos segurados especiais teve uma redução na representatividade total, assim como os demais trabalhadores agrícolas. Percebe-se, desta forma, que houve um movimento em direção a grupos tradicionalmente com maior formalidade.

A taxa de formalização dos trabalhadores assalariados argentinos teve uma queda assustadora entre 1996 e 2003. Pode-se observar que esta queda foi tão maior quanto mais jovem era o trabalhador. Além disso, tem-se que a queda da taxa feminina foi maior que a dos homens, assim como as pessoas com escolaridade mais baixa foram as que perderam mais trabalhadores no setor formal (Tabela 1). Com isso, fica claro que, em tempos de crise, quem se vê mais afetado são os grupos mais vulneráveis, como jovens, mulheres e pessoas menos escolarizadas.

Tal como apresentado no Brasil, a Argentina apresentou melhoras significativas nas taxas de formalização do trabalho no período recente, mais especificamente entre 2003 e 2006. A taxa de formalidade dos assalariados passou de 53,33% para 60,27% – um aumento de mais de 13% em

apenas três anos, muito superior aos 3,2% apresentados pelo Brasil no período 2001-2006. Este aumento se deu em grande parte para aquela população mais vulnerável que tinha piorado bastante suas condições no período anterior. Contudo, ainda não foram alcançados os níveis de formalização observados em 1996, principalmente nestes referidos grupos.

É interessante notar que, além da dinâmica das variações das taxas de formalidade, é importante considerar a variação na composição da população nestes períodos. No caso do Brasil, por exemplo, se as taxas específicas de formalidade para cada grupo ocupacional e educacional tivessem se mantido constantes entre 2001 e 2006, a formalidade da população como um todo teria melhorado principalmente devido à mudança na composição da população. Para tentar isolar este efeito, podemos fazer uma padronização supondo que estas as taxas específicas mantiveram-se constantes de 2001 a 2006. Assim, aplicou-se à população de 2006 as taxas observadas em 2001 e chegou-se à taxa de formalização de 62,58%, que é maior do que a realmente observada. Conclui-se, assim, que em geral as taxas tiveram uma queda, mas que foi compensada pela mudança na composição da população.

Desta forma, este avanço na formalidade no período 2001-2006 – 3,24% ou 1,96 ponto percentual (p.p.) – pode ser explicado pela melhora (ou piora) nas taxas específicas e pela mudança na composição da população. Nosso objetivo daqui em diante é tentar decompor este avanço na taxa de formalidade com o objetivo de saber qual é a parte que é explicada pela taxa e pela mudança na composição, o que será apresentado nas próximas seções.

Método

Para analisarmos a variação de uma taxa geral ou taxa bruta, podemos decompô-la em duas partes: uma que leve em conta o efeito da variação na composição da população e a outra relativa à mudança nas taxas específicas de um determinado fenômeno para um grupo de indivíduos². A quantidade em pontos percentuais (p.p.) que é explicada pela variação na taxa específica é dada pela equação:

$$\Delta TX_{x,y} = (TE_{x,y,k} - TE_{x,y,j}) \times f_{x,y,j}$$

onde $TE_{x,y,j}$ e $TE_{x,y,k}$ representam as taxas específicas para as variáveis x e y ³ para os anos j e k (com $k > j$) respectivamente, e $f_{x,y,j}$ é a frequência relativa da classe x, y para o ano j .

O valor das taxas específicas é dado por:

$$TE_{x,y,j} = \frac{N_{x,y,j}}{Q_{j,y,j}}$$

² Método semelhante foi utilizado por Ramos(2002) e por Gasparini (2000), que o denomina decomposição econométrica.

³ Este mesmo cálculo pode também ser feito para mais de duas variáveis.

onde $N_{x,y,j}$ é o número de pessoas com a característica que se deseja medir e $Q_{j,y,j}$ é a população sob risco.

A frequência relativa é dada através da razão entre a população sob risco na classe x, y ($Q_{j,y,j}$) e a população sob risco total no ano j .

Os valores de $\Delta TX_{x,y}$ indicam a quantidade em p.p. da variação na taxa total entre j e k que é explicada pela variação na taxa específica de determinado grupo entre os dois períodos. Este cálculo é feito ponderando-se a diferença entre as taxas específicas pela representatividade daquele grupo na população sob risco. Este valor pode ser entendido também como a diferença entre as taxas dos anos j e k padronizada pelas taxas do ano j . É feita a suposição de que a composição da população se manteve constante entre j e k , analisando-se apenas o impacto da variação da taxa.

Se a taxa específica de determinado grupo cresceu (diminuiu) no período de análise, o valor de $\Delta TX_{x,y}$ será positivo (negativo), e tão maior (menor) quanto for a representatividade do grupo x, y na população.

A variação total de todos os grupos que explicada exclusivamente pela variação nas taxas específicas é dada por:

$$\Delta TX = \sum_y \sum_x \Delta TX_{x,y}$$

Este valor pode ser entendido também como a diferença entre a taxa geral do ano j e a taxa geral do ano k padronizada pelas taxas específicas do ano j .

A estimativa da quantidade em p.p. que é explicada pela mudança na composição da população é feita da seguinte forma:

$$\Delta CP_{x,y} = (f_{x,y,k} - f_{x,y,j}) \times TE_{x,y,k}$$

Este valor indica qual a quantidade em p.p. da variação total da taxa entre os períodos j e k que é devido a mudanças na composição da população. A diferença entre as frequências indica o número relativo de pessoas que entraram naquele grupo. Se o valor for negativo há uma indicação de que o grupo perdeu participação na população total. Esta diferença é multiplicada pela taxa específica a que estas pessoas estariam sujeitas no ano k .

A quantidade da variação total entre os dois períodos que é explicada pela mudança na composição é dada por:

$$\Delta CP = \sum_y \sum_x \Delta CP_{x,y}$$

Se os grupos que ganharam participação relativa entre os dois períodos forem em geral os que apresentam maiores taxas, então a taxa total tende a crescer e vice-versa.

Resultados

Inicialmente foi calculada a parte da diferença na formalidade entre os anos que é explicada pela mudança nas taxas específicas de formalidade brasileira e argentina entre os dois períodos para cada grupo de idade, sexo e educação.

Para os homens brasileiros com 11 a 14 anos de estudo e idade entre 30 a 34 anos, por exemplo, a taxa de formalidade em 2001 era de 76,44% e em 2006 79,20%. Para este grupo a taxa específica de formalidade teve um avanço de 2,76 p.p. Este valor, multiplicado pela participação deste grupo entre os ocupados em 2001 indica a participação do avanço da taxa neste grupo em relação à variação da taxa geral de formalidade. Tem-se, assim, que esta melhora na taxa de formalidade para estas pessoas deu uma contribuição de 0,05 p.p. para o aumento na taxa de formalidade total de 1,96 p.p. na formalização entre os períodos (Tabela 2).

Pode-se observar que a variação nas taxas específicas de formalidade de acordo com os atributos sexo, idade e escolaridade foi responsável por uma queda de 0,67 p.p. na taxa de formalização entre 2001 e 2006 no Brasil (Tabela 3). Este efeito se deve principalmente às pessoas na faixa de 4 a 10 anos de estudo e às pessoas na faixa etária mais jovem – até 24 anos para ambos os sexos e de 30 a 34 anos para as mulheres. A taxa específica de formalidade destas mulheres nesta faixa etária e com 11 a 14 anos de estudo caiu de 74,27% para 69,9%. Para as pessoas com 8 a 10 anos de estudo, a contribuição para a queda na taxa de formalidade foi de -0,46 p.p. Quem mais impulsionou esta queda foram os jovens. Em relação às pessoas com escolaridade entre 4 e 7 anos de estudo foi observado-se que a formalidade manteve-se praticamente constante no período. Contudo, além da queda ter sido muito grande entre os homens mais jovens, estes possuem alta representatividade na população total, o que explica a queda de -0,25 p.p.

Percebe-se, assim, que a evolução na taxa de formalização afetou pouco – e negativamente – a melhora na formalidade no Brasil no período 2001-2006. Apesar desta queda nas taxas específicas de formalidade, os avanços na escolaridade e, em menor parte, as mudanças na estrutura etária, representaram uma mudança na composição da população que deu uma contribuição para que a taxa de formalidade aumentasse em 2,63 p.p. no período.

Tabela 2

Quantidade da variação total em p.p. explicada pela variação na taxa específica de formalidade e pelo efeito de composição por sexo, idade e escolaridade no período 1996-2001 - Brasil e 1996-

2003 - Argentina.

		Brasil								Argentina										
		Anos de Estudo								Anos de Estudo										
		Idade	Sem instrução e menos de 1 ano	1--3	4--7	8--10	11--14	15+	Não determinados e sem declaração	Total	Sin instrucción	Primaria Incompleta	Primaria Completa	Secundaria Incompleta	Secundaria Completa	Superior Incompleta	Superior Completa	Total		
Efeito da Taxa Específica	Homem	até 19	-0,03	-0,04	-0,06	-0,05	-0,01	0,00	0,00		0,00	-0,02	-0,14	-0,35	-0,10	-0,09	0,00		-0,69	
		20 a 24	0,02	-0,13	-0,15	-0,08	0,01	0,00	0,00	-0,33	0,00	-0,01	-0,76	-0,62	-0,16	-0,28	-0,06		-1,88	
		25 a 29	-0,01	-0,07	-0,09	-0,07	0,00	0,01	0,00	0,00	-0,24	0,00	-0,10	-0,69	-0,57	-0,35	-0,20	-0,02		-1,93
		30 a 34	0,00	-0,05	-0,17	-0,02	-0,05	0,00	0,00	0,00	-0,29	-0,01	-0,09	-0,48	-0,28	-0,19	-0,02	0,09		-0,99
		35 a 39	-0,04	-0,07	-0,12	-0,04	-0,06	-0,02	0,00	0,00	-0,34	0,00	-0,15	-0,31	-0,26	-0,28	-0,06	-0,12		-1,17
		40 a 44	-0,05	-0,03	-0,17	-0,07	-0,04	-0,04	0,00	0,00	-0,40	0,01	-0,26	-0,37	-0,28	-0,06	0,12	0,08		-0,75
		45 a 49	-0,03	-0,04	-0,17	-0,02	-0,04	-0,01	0,00	0,00	-0,31	0,00	-0,31	-0,56	-0,22	-0,11	0,05	-0,05		-1,21
		50 a 54	-0,04	-0,07	-0,06	-0,01	-0,02	-0,01	0,00	0,00	-0,21	0,00	-0,16	-0,02	-0,03	-0,10	-0,04	-0,06		-0,39
		55 ou mais	-0,01	0,00	-0,06	-0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	-0,10	-0,01	-0,01	-0,11	-0,02	0,02	-0,06	-0,02		-0,20
	Mulher	até 19	0,00	0,02	-0,03	-0,05	-0,01	0,00	0,00	-0,07	0,00	0,00	-0,10	-0,07	-0,04	-0,07	0,00		-0,28	
		20 a 24	-0,01	0,01	-0,04	-0,05	-0,07	0,01	0,00	-0,15	0,00	0,00	-0,25	-0,20	-0,61	-0,41	0,00		-1,47	
		25 a 29	-0,02	-0,04	-0,07	-0,03	0,02	-0,01	0,00	0,00	-0,15	0,00	0,00	-0,23	-0,20	-0,25	-0,22	-0,24		-1,14
		30 a 34	-0,01	-0,02	-0,04	0,01	0,01	0,00	0,00	-0,04	0,00	-0,06	-0,06	-0,34	-0,32	-0,12	-0,07		-0,96	
		35 a 39	-0,03	-0,01	-0,08	-0,01	-0,03	-0,01	0,00	0,00	-0,16	0,01	-0,08	-0,10	-0,24	-0,29	0,02	-0,09		-0,77
		40 a 44	-0,04	-0,04	-0,02	-0,02	-0,07	-0,02	0,00	0,00	-0,21	0,00	-0,04	-0,17	-0,16	-0,22	0,07	-0,03		-0,55
		45 a 49	-0,03	-0,03	-0,03	0,00	-0,02	-0,01	0,00	0,00	-0,11	-0,01	-0,07	-0,23	-0,11	-0,15	-0,05	-0,04		-0,65
		50 a 54	-0,04	-0,01	0,00	-0,01	-0,02	-0,01	0,00	0,00	-0,08	0,00	-0,01	-0,21	-0,04	-0,04	-0,03	0,00		-0,32
		55 ou mais	0,01	-0,01	-0,02	-0,01	-0,01	0,01	0,00	0,00	-0,02	0,00	-0,01	-0,12	-0,01	-0,06	0,00	0,02		-0,19
Total		-0,34	-0,64	-1,37	-0,55	-0,41	-0,10	-0,01	-3,42	-0,01	-1,37	-4,90	-4,00	-3,30	-1,37	-0,62	-15,57			
Efeito de Composição	Homem	até 19	-0,18	-0,25	-0,36	0,15	0,17	0,00	0,01	-0,46	0,00	-0,02	-0,05	-0,06	-0,04	0,00	0,00		-0,17	
		20 a 24	-0,10	-0,14	-0,33	0,05	0,70	0,01	0,01	0,20	0,00	-0,02	-0,24	-0,26	0,07	0,04	-0,02		-0,43	
		25 a 29	-0,08	-0,05	-0,11	-0,05	0,38	0,06	0,02	0,16	-0,01	-0,02	-0,09	0,00	-0,03	0,04	-0,11		-0,21	
		30 a 34	-0,07	-0,11	-0,05	-0,10	0,00	-0,04	0,01	-0,36	-0,01	0,00	-0,40	-0,15	0,25	0,05	0,09		-0,16	
		35 a 39	-0,04	-0,05	-0,09	0,12	0,28	0,01	0,01	0,25	-0,02	-0,11	-0,12	-0,15	-0,20	-0,01	-0,19		-0,82	
		40 a 44	-0,12	-0,07	-0,08	0,07	0,31	0,04	0,01	0,16	-0,02	-0,06	-0,22	0,06	0,14	-0,11	0,35		0,15	
		45 a 49	-0,12	-0,09	-0,03	0,12	0,22	0,00	0,00	0,10	0,01	-0,15	-0,24	0,11	0,15	0,18	0,13		0,20	
		50 a 54	-0,09	-0,04	0,09	0,06	0,12	0,11	0,00	0,24	0,02	-0,05	-0,37	-0,03	0,26	0,15	0,17		0,14	
		55 ou mais	-0,08	-0,01	0,02	0,01	0,05	0,05	0,00	0,04	0,00	-0,04	-0,21	-0,02	-0,18	0,04	0,12		-0,29	
	Mulher	até 19	-0,06	-0,09	-0,23	0,08	0,17	0,00	0,00	-0,14	0,00	0,00	-0,01	-0,03	0,01	0,00	0,00		-0,02	
		20 a 24	-0,05	-0,06	-0,21	-0,01	0,57	0,06	0,01	0,30	0,00	0,00	-0,01	0,00	-0,03	0,32	0,00		0,28	
		25 a 29	-0,04	-0,06	-0,11	-0,03	0,37	0,07	0,00	0,21	0,00	0,00	-0,03	0,07	0,23	0,20	0,12		0,59	
		30 a 34	-0,06	-0,07	-0,03	0,01	0,11	-0,01	0,00	-0,05	0,00	0,00	0,08	0,05	0,02	0,34	0,36		0,85	
		35 a 39	-0,05	-0,03	-0,04	0,05	0,24	0,10	0,02	0,28	-0,01	0,00	-0,02	0,11	0,09	0,17	0,59		0,94	
		40 a 44	-0,06	-0,05	0,00	0,08	0,25	0,07	0,01	0,29	0,00	-0,02	0,05	0,03	0,15	0,02	0,50		0,74	
		45 a 49	-0,12	-0,04	0,10	0,09	0,18	0,13	0,00	0,33	0,00	-0,01	0,07	0,06	0,07	0,20	0,52		0,91	
		50 a 54	-0,03	0,04	0,06	0,04	0,12	0,11	0,00	0,35	0,00	0,00	-0,08	0,04	-0,03	0,17	0,62		0,72	
		55 ou mais	-0,06	-0,03	0,06	0,01	0,05	0,05	0,00	0,09	0,00	-0,01	0,03	0,02	0,39	0,14	0,07		0,64	
Total		-1,41	-1,21	-1,35	0,74	4,30	0,81	0,12	1,99	-0,04	-0,50	-1,86	-0,15	1,31	1,94	3,34	4,05			

Fonte: microdados das PNADs 1996, 2001 e 2006 e das EPHs de maio de 1996, maio de 2003, segundo semestre de 2003 e segundo semestre de 2006

Tabela 3

Quantidade da variação total em p.p. explicada pela variação na taxa específica de formalidade e pelo efeito de composição por sexo, idade e escolaridade no período 2001-2006 - Brasil e

2003-2006 - Argentina.

		Brasil								Argentina								
		Anos de Estudo						Não determinados e sem declaração		Total	Anos de Estudo							
		Idade	Sem instrução e menos de 1 ano	1--3	4--7	8--10	11--14	15+	Total	Sin instrucción	Primaria Incompleta	Primaria Completa	Secundaria Incompleta	Secundaria Completa	Superior Incompleta	Superior Completa	Total	
Efeito da Taxa Específica	Homem	até 19	-0,03	-0,04	-0,10	-0,08	0,03	0,00	-0,01	-0,23	0,00	0,00	0,06	0,04	0,01	0,09	0,00	0,20
		20 a 24	-0,03	0,04	-0,07	-0,04	0,00	0,00	-0,01	-0,13	0,01	0,01	0,12	0,26	0,33	0,11	0,03	0,87
		25 a 29	0,01	0,01	-0,02	-0,01	0,04	0,00	0,00	0,01	-0,01	0,02	0,22	0,26	0,23	-0,03	0,08	0,75
		30 a 34	0,01	0,03	-0,02	-0,01	0,05	-0,03	0,00	0,03	0,00	0,03	0,07	0,15	0,12	-0,06	0,03	0,35
		35 a 39	0,01	0,02	0,03	-0,03	0,01	-0,01	-0,01	0,02	0,00	-0,05	0,16	0,11	0,03	0,04	-0,02	0,25
	Mulher	40 a 44	0,02	-0,01	-0,01	0,00	0,03	0,02	-0,01	0,04	-0,02	0,05	0,25	0,11	0,08	0,02	-0,02	0,48
		45 a 49	0,02	-0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,04	-0,02	0,02	0,11	0,07	0,13	-0,01	0,00	0,27
		50 a 54	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	0,02	0,00	0,04	-0,01	0,11	0,10	0,02	0,05	0,00	0,01	0,28
		55 ou mais	0,02	-0,02	0,00	0,02	0,02	0,00	0,00	0,04	0,01	0,08	0,02	0,03	0,02	-0,04	0,03	0,16
		Total	0,02	0,06	-0,25	-0,46	-0,04	0,04	-0,04	-0,67	-0,05	0,43	1,32	1,39	1,56	0,48	0,44	5,53
Efeito de Composição	Homem	até 19	-0,06	-0,13	-0,20	0,03	0,09	0,00	0,00	-0,27	0,00	0,01	0,01	0,04	0,03	0,02	0,00	0,10
		20 a 24	-0,15	-0,20	-0,38	-0,01	0,72	0,06	-0,01	0,02	-0,01	0,01	-0,08	-0,06	0,22	0,11	0,04	0,22
		25 a 29	-0,14	-0,14	-0,35	-0,02	0,79	0,18	-0,02	0,30	0,00	-0,03	0,03	-0,31	0,40	-0,02	0,12	0,20
		30 a 34	-0,14	-0,08	-0,28	-0,09	0,43	0,06	-0,02	-0,13	0,00	0,00	0,21	0,16	0,31	0,18	0,09	0,95
		35 a 39	-0,14	-0,14	-0,15	-0,11	0,19	-0,02	-0,01	-0,37	0,00	0,04	-0,13	-0,19	-0,11	0,10	-0,10	-0,40
	Mulher	40 a 44	-0,08	-0,08	-0,05	0,06	0,29	0,01	-0,01	0,14	0,00	0,02	-0,20	-0,15	-0,11	0,08	0,10	-0,25
		45 a 49	-0,12	-0,09	-0,01	0,04	0,22	0,04	0,00	0,09	0,00	-0,07	-0,21	-0,08	0,10	-0,05	0,24	-0,08
		50 a 54	-0,09	-0,09	0,10	0,13	0,28	0,08	0,00	0,42	0,01	-0,07	-0,03	-0,16	0,07	0,08	-0,16	-0,26
		55 ou mais	-0,07	-0,02	0,06	0,06	0,11	0,11	0,00	0,25	0,00	0,02	-0,15	0,01	0,01	0,08	0,07	0,04
		Total	-0,09	0,07	0,50	0,14	0,09	0,37	0,39	0,45	0,27	0,00	-0,21	-0,81	-0,98	1,38	1,10	0,91

Fonte: microdados das PNADS 1996, 2001 e 2006 e das EPHs de maio de 1996, maio de 2003, segundo semestre de 2003 e segundo semestre de 2006

Percebe-se um efeito da composição, com pessoas saindo de grupos menos escolarizados (valores negativos nas primeiras faixas) rumo aos grupos com maior escolarização – principalmente 11 a 14 anos. Ainda no Brasil, em se tratando da contribuição para a variação na formalidade, observa-se que o aumento do número relativo de pessoas nos grupos com maior escolaridade mais que compensa a queda nos grupos menos escolarizados, devido à alta taxa de formalização naqueles (Tabela 3). Os grupos específicos que mais contribuíram foram os de escolaridade acima de 11 anos. Para as pessoas com 15 anos ou mais de estudo, os que mais contribuíram para o aumento da formalidade via taxa de composição foram aquelas com 25 a 29 anos de idade. Como já foi mencionado, houve um grande aumento da participação das pessoas com 11 a 14 anos de estudo na população total, o que, conseqüentemente, significou um aumento da formalidade total, já que este grupo apresenta formalização elevada. Neste grupo educacional, o aumento se deu principalmente para as pessoas com idade entre 20 a 29 anos, principalmente entre os homens. Sendo assim, pode-se dizer que o aumento do número de pessoas neste grupo foi a principal razão do aumento da formalidade neste período. Este grupo, que tinha 6,5 milhões de pessoas em 2001 passou a ter mais de 10 milhões em 2006. Ele aumentou sua representatividade na população total de 9,65% para 13,12%.

É interessante notar que para que o efeito da composição implique em aumento da formalidade é preciso que as taxas em cada grupo apresentem melhora ou se mantenham aproximadamente constantes. No caso dos trabalhadores com 11 a 14 anos de estudo e 15 ou mais, foi isto que aconteceu. A taxa de formalidade nestes grupos, que era de 72,39% e 85,46 passou a 72,28% e 85,58%, respectivamente, não cedendo às pressões sobre o aumento do contingente de indivíduos nesta classe. Em outras palavras, o mercado de trabalho conseguiu absorver na condição de trabalhador formal as pessoas que conseguiram chegar a mais de 11 anos de escolaridade.

Nota-se, portanto, que o aumento da taxa de formalidade devido à mudança na composição da população em relação à escolaridade, estrutura etária e sexo ajudou só foi possível devido ao efeito das taxas específicas que não apresentaram quedas significativas no período. Desta forma, como podemos observar na tabela 3, o aumento na taxa de formalidade foi de 1,96 p.p., que pode ser obtido pela soma entre os efeitos da composição (2,63 p.p.) e das taxas específica de formalidade (- 0,67 p.p.).

Avaliando o período 1996-2001 podemos observar que houve uma queda quase generalizada das taxas de formalidade no Brasil entre estes anos (Tabela 2). Em relação à escolaridade, as taxas de formalidade pioraram para todos os grupos. Esta piora foi observada principalmente nos grupos de 4 a 7 anos de estudo.

Na análise das taxas de formalidade para o período 1996-2001, pode-se observar, como já foi dito, uma piora generalizada nas taxas de formalidade para praticamente todas as idades, sexo e grupos educacionais, que só não foi maior devido a um efeito da composição em direção a grupos com formalidade mais alta. Merece destaque a piora nas taxas das pessoas com 4 a 7 anos de estudo, especialmente para os homens. Em geral, a representatividade dos homens na queda das taxas de formalidade foi maior do que para as mulheres. Aqueles apresentaram quedas de 2,42 p.p. em suas taxas, enquanto estas contribuíram com -1,00 p.p.. A soma destas duas taxas resulta numa taxa total de -3,42 p.p. devido à piora nas taxas específicas de formalidade. A mudança na composição da população em direção a grupos com maior formalidade, especialmente com maior escolaridade e de média idade, fez com que a taxa de formalidade diminuísse em quase 2 p.p.

Semelhanamente ao que foi observado no Brasil, a piora generalizada das taxas de formalização entre os anos 1996 e 2003 fez com que se anulassem os importantes avanços na composição da população em direção a grupos com maior escolarização. Os retrocessos mais influentes em relação às taxas de formalização foram observados para os jovens, principalmente os homens e as pessoas com escolaridade entre a primária completa e a secundária completa (Tabela 2). A taxa de formalização neste período na Argentina caiu absurdos 15,57 p.p. Os avanços em relação à composição foram observados especialmente para as mulheres mais velhas e com ensino superior completo.

Em relação à recuperação recente, diferentemente do que ocorreu no Brasil, o ganho nas taxas de formalidade na Argentina é explicado em mais de 80% pelo efeito dos ganhos na taxa específica de formalidade, e não por um efeito na composição da população por sexo, idade e escolaridade. Os grupos que mais contribuíram para a melhora das taxas de formalidade foram os homens de 20 a 29 anos e as mulheres com 25 a 29 anos. Em relação aos níveis de escolaridade, destacam-se os grupos que vão da primária completa até a secundária completa (Tabela 3).

O efeito mais importante na mudança por composição em termos de idade e sexo foi o grande aumento do número de homens e mulheres na faixa etária de 30 a 34 anos, idade em que a formalidade é geralmente elevada. Já em termos de escolaridade, houve um aumento no número de pessoas nas camadas mais escolarizadas, o que também contribuiu para o aumento total. O que pudemos perceber com esta análise é que este aumento na formalidade observado nos últimos três anos não se deve simplesmente a uma mudança na estrutura da população, mas sim a uma melhora generalizada das condições de emprego daquele país, em especial entre os mais jovens.

Este efeito na melhora da escolaridade na Argentina não foi tão influente como o observado no Brasil. Isto se deu principalmente porque a Argentina já apresenta níveis de escolarização relativamente elevados. Sem desconsiderar as possibilidades de avanços na educação, à medida que se observam níveis relativamente altos, torna-se cada vez mais difícil obter avanços. Isto é um ponto importante a ser destacado, pois mostra que os avanços obtidos pelo Brasil e em menor parte na Argentina tornar-se-ão cada vez mais complexos.

Conclusões e Considerações Finais

O mercado de trabalho na América Latina apresentou a partir de 1990 um processo de elevação sem precedentes no grau de informalidade, sendo observada, mais recentemente, uma reversão desta tendência com o aumento da formalização. Este estudo compreendeu a análise de dois períodos específicos: 1996-2001 e 2001-2006 para o Brasil e 1996-2003 e 2003-2006 para a Argentina. Para isto utilizou-se um método de decomposição da variação na taxa de formalidade entre os períodos em questão. Com isso pudemos entender se a variação da formalidade entre os períodos se deu principalmente devido às variações das taxas específicas de formalidade ou se foi devido às mudanças na composição da população. Observou-se diferença significativa entre o comportamento do emprego formal entre os dois períodos analisados e também entre os dois países comparados. Para estes países, o primeiro período foi marcado por uma queda generalizada das taxas específicas nos grupos de escolaridade, sexo e idade, resultando em diminuição da formalidade, especialmente na Argentina. Ademais, esta diminuição só não foi maior devido a um efeito da composição na população em direção a grupos com formalidade mais alta. Para o período 2001-2006 observou-se que as variações nas taxas específicas de

formalização influenciaram ligeiramente e de forma negativa a variação da formalidade total no Brasil. Apesar desta pequena queda nas taxas específicas de formalidade, os avanços nos níveis de educação e, em menor parte, na estrutura etária, representaram uma mudança na composição da população, o que explicou o avanço da formalidade no período. Para o período mais recente na Argentina, observou-se que apesar de ter ocorrido também um efeito da composição, as maiores variações se deram em função das melhoras nas taxas específicas. O ganho recente de formalidade neste país foi explicado em mais de 80% pelo efeito dos ganhos nestas taxas.

Há que se observar que os efeitos na mudança da composição da população são mais claros quando se analisa, por exemplo, os setores de atividade. Se há uma migração de trabalhadores de setores tradicionalmente informais em direção àqueles em que se observa um maior número de trabalhadores na formalidade, é possível que as taxas de formalidade da população total aumentem. Já no caso da mudança no nível educacional esta relação não se dá assim tão diretamente. A propósito, tem-se observado que a discussão a respeito da relação entre escolaridade e mercado de trabalho é bastante controversa. É consenso que trabalhadores mais escolarizados apresentem maiores níveis de acesso ao mercado formal. Contudo, a discussão de como se dá esta relação varia de acordo com cada autor. Algumas vertentes vêem esta relação de uma forma mais independente, responsabilizando sobremaneira o indivíduo pela sua condição de ocupação no mercado de trabalho. Outros minimizam este papel da educação e mencionam como principais fatores influentes na dinâmica do mercado de trabalho o crescimento econômico, o desenvolvimento e a atuação do Estado no fomento à criação de emprego.

Observou-se neste estudo que, para os dois períodos analisados em cada país foi percebida uma mudança na composição da população, apresentando um movimento dos trabalhadores ocupados em direção a grupos mais escolarizados. Assim, percebeu-se um efeito benéfico da composição, na medida em que foi observado um aumento no número de trabalhadores em situações onde tradicionalmente a formalização é maior. Contudo, estes avanços apresentaram resultados bastante distintos de acordo com o período estudado e o país. Para o primeiro período de estudo, em ambos os países estes avanços não foram suficientes para conter a queda generalizada da taxa de formalidade para todos os grupos. Assim, observou-se que, apesar da melhor escolarização da população, a dinâmica da economia e do mercado de trabalho neste período minaram a criação de empregos, em especial os empregos formais. No caso da Argentina no período 2003-2006, os avanços na educação ajudaram, mas a grande criação de empregos formais – com visíveis melhoras nas taxas específicas de formalidade em praticamente todos os grupos – foi a principal razão da melhora geral. Finalmente, observamos que os avanços recentes nos níveis de escolaridade no Brasil foram de suma importância para a melhora da formalização no período, suplantando a ligeira queda nas taxas específicas. Assim, percebemos que a influência da educação no mercado de trabalho não se dá de forma independente. Esta relação envolve outros fatores, tais como desenvolvimento econômico e os novos papéis assumidos pelo Estado através do fortalecimento de instituições de trabalho e maior articulação de políticas econômicas.

O surgimento cada vez mais definido de um novo cenário político, com forte crescimento econômico e grande melhora dos indicadores sociais, coloca em questão o paradigma recente relativo ao modelo de desenvolvimento. Levantam-se questionamentos sobre a perdurabilidade do momento atual: seria um modelo sustentável ou somente o resultado de uma conjuntura limitada a um ciclo econômico mundial favorável? Tem-se observado que os avanços recentes em ambos os países analisados, estão caminhando na direção de um Estado que volta a cumprir seu papel de propulsor de políticas voltadas para o crescimento econômico e potencializador da geração de empregos, especialmente empregos decentes.

Por fim, não se pode esquecer o papel primordial da educação, já que, na medida em que os novos empregos gerados – em especial aqueles com maior proteção social – exigem dos trabalhadores maior qualificação, é importante que se ofereçam oportunidades visando o acesso da população a melhores níveis educacionais.

Bibliografía

CARDOSO JR., J. De volta para o futuro? As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. **IPEA** - texto para discussão n. 1310, Brasília, 2007.

DEDECCA, C.; ROSANDISKI, E. Recuperação econômica e a geração de empregos formais. **Parcerias Estratégicas**, São Paulo, n. 22, p. 169-190, 2006.

ERNST, C. **Reformas económicas e su impacto socio-laboral en los años noventa. Análisis comparativo: Argentina, Brasil e Chile.** Cadernos Prolam/USP; Ano 2 Vol 2 n° 3, 2003

GUISSARRI, A. C. & VICTORICA, M. **La informalidad en la Argentina una vez más.** CEMA Working Papers: Serie Documentos de Trabajo. 332, Universidad del CEMA, 2006.

HUITRÓN, I. L. **Informalidad en América Latina: educación y grupos sociales más vulnerables.** (Informality in Latin America: education and most vulnerable social groups. In: López N.; Pereyra, A. (Coord.) Educación y mercado de trabajo urbano. (Education and urban labour market). Buenos Aires: UNESCO.IIPE, 2005. p. 12-33.

IGUIÑIZ ECHEVERRÍA, J. **Diferencia, evolución y nivel en la relación entre educación y mercado de trabajo.** In: López N.; Pereyra, A. (Coord.) Educación y mercado de trabajo urbano. Buenos Aires: UNESCO.IIPE, 2005. p. 5-11. (Debate, 2).

KRITZ, E., “**Reforma y crisis: la educación y el mercado de trabajo en la Argentina de los años 90**”. In: López N.; Pereyra, A. (Coord.) Educación y mercado de trabajo urbano. Buenos Aires: UNESCO.IIPE, 2005. p. 50-62. (Debate, 2).

LINDENBOIM, J. (colaboración de L. Serino). **Mercados de trabajo urbano en la Argentina de los 90.** CEPED, Instituto de Investigaciones Económicas de la Universidad de Buenos Aires, 2000.

NERI, M. *et al.* Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações. Texto para discussão n° 743 – **IPEA**, Rio de Janeiro, 2000.

NOVICK, M., TOMADA, C. **Argentina 2003-2006: Crecimiento económico con empleo decente ¿Un nuevo modelo para América Latina?** In: NOVICK, M., TOMADA, C., DAMILL, M., FRENKEL, R., MAURIZIO, R. Tras la crisis: El nuevo rumbo de la política económica y laboral en Argentina y su impacto - OIT/Instituto Internacional de Estudios Laborales , (Serie de investigación 114) 2007.

OIT. **Panorama Laboral 2006.** Lima: OIT/ Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2006. 84 p

OIT. **Panorama Laboral 2007.** Lima: OIT/ Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2007. 102 p

PALOMINO, H. (2007). “**Transiciones del empleo en Argentina: del ‘régimen de precarización’ a un ‘régimen de regulación’ del trabajo**”. Ponencia presentada en el V Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo (ALAST). Montevideú. Abril de 2007.

RAMOS, L. A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. Texto para discussão n°. 914 – IPEA, Rio de Janeiro, 2002.

SOMAVIA, J. **Introducción**. In: NOVICK, M., TOMADA, C., DAMILL, M., FRENKEL, R., MAURIZIO, R. Tras la crisis: El nuevo rumbo de la política económica y laboral en Argentina y su impacto - OIT/Instituto Internacional de Estudios Laborales , (Serie de investigación 114) 2007.

TAFNER, P. **Brasil: o estado de uma nação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. 509p.

TOKMAN, V. E. **Educación y Mercado de Trabajo Urbano 1990-2000**. In: López N.; Pereyra, A. (Coord.) Educación y mercado de trabajo urbano. Buenos Aires: UNESCO.IIPE, 2005. p. 63-79. (Debate, 2).

ULYSSEA, G. Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura. **Revista de Economia Política**, São Paulo, n. 4, p. 596-618, 2006

WELLER, J. 1998. “**La evolución del empleo en América Latina en los años noventa**” en Papeles de Población, 4(18): 9-47.